

# **O Proeja no Instituto Federal de Goiás e o discurso dos primeiros egressos**

Josué Vidal Pereira  
Mestrando em Educação pela FE – UnB  
Linha de Pesquisa: Políticas Públicas  
Para a Educação Profissional e Tecnológica  
[josuevidal@ifg.edu.br](mailto:josuevidal@ifg.edu.br)

## **INTRODUÇÃO**

Na sociedade capitalista a educação é moldada a partir das configurações das classes sociais, e no caso brasileiro não poderia ser diferente. Desse modo as políticas públicas de educação voltadas para os grupos mais pauperizados da população sempre foram negligenciadas ou colocadas num plano secundário. Percebe-se que, as iniciativas governamentais para esses grupos estão sempre associadas, de um lado à contenção dos conflitos, ao controle, ao assistencialismo, mas também ao atendimento das demandas mais imediatas do mercado de trabalho, porém raramente são concebidas a partir da noção do direito à educação.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), se apresenta como possibilidade de inclusão dos trabalhadores nos sistemas públicos de ensino com uma nova concepção para o campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil – a da integração do currículo. Dentro dessa visão, o programa busca possibilitar que os trabalhadores tenham acesso à formação geral e ao mesmo tempo a sua profissionalização.

Neste trabalho trata-se de analisar o referido programa a partir dos discursos dos egressos das duas primeiras turmas do curso Técnico Integrado em Serviço de Alimentação do Instituto Federal de Goiás, Campus Goiânia. As entrevistas filmadas com os egressos foram realizadas em agosto de 2010 pelo grupo de Pesquisa PROEJA-CAPES-SETEC<sup>1</sup> desenvolvidos através de parceria entre o Instituto Federal de Goiás e Universidade Federal de Goiás. Também utilizou-se de análise documental. A identificação dos seis entrevistados será feita através da combinação das duas primeiras letras da palavra Egresso com a ordem seqüencial das entrevistas analisadas, a exemplo do primeiro entrevistado: Eg1.

## **A EJA NO CONTEXTO ATUAL**

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, o Estado e a sociedade vêm reagindo, ainda que lentamente, no sentido de reduzir os vergonhosos índices da educação nacional. A quase universalização do Ensino Fundamental para o público pertencente à faixa etária de 7 a 14 anos, e a recente política que criou o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica apontam nessa perspectiva. Entretanto, para as classes menos favorecidas, fica evidente que na medida em que vai aumentando a idade, milhares de indivíduos são forçados a abandonar a escola, em busca de trabalho para ajudar no sustento da família.

Além disso, a sociedade brasileira não conseguiu reduzir as desigualdades socioeconômicas e as famílias são obrigadas a buscar no trabalho das crianças uma alternativa para a composição de renda mínima, roubando o tempo da infância e o tempo da escola. Assim, mais tarde esses jovens retornam, via EJA, convictos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que a negativa em postos de trabalho e lugares de emprego se associa exclusivamente à baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural. (BRASIL, 2007, p. 10-11)

Sob o prisma dos interesses nacionais, no sentido da ambição do país em ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, parece unânime que não há como avançar, sem antes equacionar esse problema histórico que acaba por ofuscar a liderança política da nossa emergente economia, mas que já se localiza entre as oito maiores do capitalismo mundial.

Também não é novidade reconhecer que a educação desempenhou um papel estratégico em todas as nações que construíram um projeto nacional de desenvolvimento soberano e autônomo. A experiência histórica tem demonstrado que não há desenvolvimento econômico se não acompanhado de desenvolvimento social e cultural. (BRASIL, 2007, p. 31)

A análise da busca pelo desenvolvimento sócio-econômico não prescinde, portanto, de pensar sobre a situação de opressão de dezenas de milhões de trabalhadores brasileiros que impedidos de acessar e/ou permanecer nos sistemas públicos de educação, acabam se tornando presas fáceis do excludente regime capitalista de produção. Esse grande contingente de trabalhadores são os mais vulneráveis às diversas formas de desemprego, e geralmente quando

empregados, ocupam os postos de trabalho de menor remuneração e com piores condições de trabalho.

Desde a vigência da LDBEN 9394/96, muitos programas já foram ou continuam a ser desenvolvidos objetivando o atendimento desses grupos: Programa de Alfabetização Solidária – PAS, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Programa Nacional de Formação do Trabalhador – PLANFOR, Projeto Escola de Fábrica, Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, Exame Nacional de Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade EJA – PROEJA, objeto desta análise.

Esses programas, em sua maioria implementados a partir de parcerias entre o governo e instituições não governamentais atuaram tanto no âmbito da alfabetização, quanto da profissionalização. De acordo com Rummert (2007) com ressalvas ao Proeja, tais iniciativas focalizavam pequenos contingentes populacionais, ainda que com baixa expectativa de inclusão, dadas à sua precariedade curricular. Desse modo ressalta a autora, “Trata-se, assim, sobretudo, de atuar de forma urgente para controlar disfunções de um sistema que, por sua origem estrutural, continuará a gerar, cada vez mais, demandantes de novas medidas de caráter emergencial” (p. 38).

## **O PROEJA, UMA NOVA PROPOSTA PARA A EJA**

O Programa de Nacional de Educação Profissional integrado ao Ensino Médio – PROEJA, está legalmente fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN-9394/96, artigo 37 (alterado pela Lei 11.741 de 16 de julho de 2008), e no decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006. De acordo com o decreto essa nova modalidade de ensino deverá ser desenvolvida prioritariamente no âmbito das instituições-membro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista seu potencial e experiência acumulados em cerca de cem anos de educação profissional.

O texto do documento-base do Proeja (BRASIL, 2007) apresenta a Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade EJA como possibilidade de resposta às demandas históricas dos trabalhadores e marginalizados sociais, e ressalta a necessidade de o Estado assumir a sua responsabilidade frente ao processo educacional, de modo a garantir os

direitos dos trabalhadores nesse contexto de disputas que caracteriza a globalização da economia.

Igualmente, é fundamental que essa política de educação profissional e tecnológica (...) também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base – uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio. (p. 33).

No campo de suas concepções o texto ressalta que:

Em síntese, a oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. ( p. 35)

Pelos fragmentos destacados, infere-se que os formuladores da política pública do Proeja estavam cientes de que a integração entre Educação Profissional, e Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio se apresenta como condicionante para um processo educativo emancipador, que postule contribuir para a superação da marginalidade sócio-educacional que ora caracteriza uma parte expressiva dos trabalhadores brasileiros.

Essa proposta de integração curricular contemplada no Documento Base do Proeja parece aproximar-se do modelo defendido por importantes pesquisadores da Educação Profissional como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), para os quais a dualidade estrutural existente na educação brasileira, serve apenas aos interesses do capital, em prejuízo da classe trabalhadora por suas cada vez mais precárias condições de trabalho.

A integração entre formação geral e preparação para o trabalho, por meio de um currículo único e integrado seria, portanto um caminho para o enfrentamento dos desafios impostos aos trabalhadores num contexto de flexibilização do trabalho.

## **O PROEJA NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS**

A implementação deste programa na Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (RFEPT) coincide com o processo de expansão desta, através da transformação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituídos pela lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Ambos os projetos sinalizam a retomada de atuação estatal sobre a esfera educacional, que agonizava diante do processo redução do Estado Nacional e sucateamento da educação pública levado a cabo por governos mais conservadores ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000.

De acordo com o Decreto 5840/06, no parágrafo 1º do artigo 2º, “As instituições referidas no caput disponibilizarão ao Proeja, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007.”

Por outro lado cabe ressaltar que a Lei 11.892/08, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contempla de forma incisiva nos seus objetivos a formação inicial e continuada dos trabalhadores jovens e adultos, conforme estabelece os incisos I e II do artigo 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

Buscando responder às demandas dos trabalhadores e às determinações da legislação citada, o Instituto Federal de Goiás – IFG (Antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás) em pleno processo de expansão e interiorização, com 101 anos de experiência em educação profissional está enfrentando o desafio de ofertar cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos em todos os seus *campi* de acordo com o quadro 01.

Quadro 01 – Cursos do PROEJA ofertado no IFG

<b>Campus</b>	<b>Curso</b>
Anápolis	Técnico em Transporte de Cargas
Formosa	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Goiânia	Técnico em Cozinha / Serviço de Alimentação
Inhumas	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
Itumbiara	Não ofertava o Proeja até o segundo semestre/2010
Jataí	Técnico em Edificações
Luziânia	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
Uruaçu	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Fonte: [www.ifg.edu.br](http://www.ifg.edu.br)

## **O PROEJA NO IFG - CAMPUS GOIÂNIA E O DISCURSO DOS EGRESSOS DAS DUAS PRIMEIRAS TURMAS**

A implantação da primeira turma do Proeja no Instituto Federal de Goiás ocorreu no Campus Goiânia no ano de 2006, ainda sob a antiga institucionalidade do CEFET-GO. De acordo com o Projeto de Implantação do Curso Integrado em Serviços de Alimentação (CEFET-GO, 2006), a opção pela oferta desse curso foi precedida por uma pesquisa de demanda da sociedade por qualificação profissional nessa área. O estudo constatou que “(...) os níveis mais baixos de escolaridade e renda estão nos segmentos de bares e restaurantes, que apresentam uma média de remuneração abaixo de dois salários mínimos” (p. 5-6).

A pesquisa revelou ainda, que os trabalhadores do setor turístico apresentam uma média de idade de 30 anos, enquanto aqueles específicos de bares e restaurantes têm em média 35 anos de idade. Em relação ao nível de escolaridade, 34% desses trabalhadores estavam cursando ou já cursaram a primeira fase do ensino fundamental, 35% estão cursando a segunda fase e os 31% restantes concluíram esse nível de ensino. Esses são suficientes para constatar que os trabalhadores desse setor da economia se caracterizam como público específico da Educação de Jovens e Adultos, portanto um contingente demandante de acesso aos sistemas formais de ensino. Além desses dados o estudo ressalta a reclamação dos empresários desse setor e suas dificuldades para encontrar trabalhadores qualificados. Desse modo considerou-se que o curso de Serviços de Alimentação seria o mais apropriado para a oferta do Proeja na Instituição.

Argumentando a necessidade de propiciar uma aprendizagem interdisciplinar e transdisciplinar, visando desse modo “(...) pensar a realidade por meio de uma visão de totalidade, buscando compreender as determinações econômicas, sociais, políticas e culturais colocadas historicamente na formação profissional em serviços de alimentação e as demandas da sociedade” (p. 14), o curso foi organizado a partir de quatro eixos temáticos: 1º - Trabalho,

Cultura e Alimentação; 2º - Conhecimento, Tecnologia e Alimentação; 3º - Sujeito, Desenvolvimento e Responsabilidade Sócio-ambiental e, 4º - Serviços de Alimentação e Mercado X Gestão e Alternativas de Trabalho e Renda. Teoricamente essa forma de estruturação do curso vai ao encontro das concepções do Programa já citadas neste trabalho, que supõe a formação integral de um cidadão, por isto mesmo competente na técnica e na política, capaz de intervir para transformar a sua realidade (BRASIL, 2007).

O curso Integrado em Serviços de Alimentação foi organizado para uma duração de seis semestres, totalizando 2130 horas, das quais 1320 para as disciplinas de formação geral e 810 horas para a formação técnica. Além disso, o educando terá 300 horas dedicadas às atividades de estágio supervisionado. As atividades relacionadas à Educação Física também foram contempladas, sendo de oferta obrigatória pela instituição e optativa pelo educando. De acordo com o Projeto do Curso, os horários das aulas foram definidos a partir de levantamento das necessidades dos educandos, entretanto, devido ao caráter heterogêneo desse público, principalmente no que diz respeito ao horário de trabalho, considera-se praticamente impossível atender às demandas de horário da totalidade dos alunos matriculados.

Após pouco mais de três anos de implementação do curso na Instituição, e apesar das dificuldades de natureza às mais diversas, já é possível perceber resultados animadores através da fala dos primeiros egressos. Alguns destes inclusive, contrariando a expectativa para os egressos da Educação de Jovens e Adultos, conseguiram aprovação no Vestibular e continuam na Instituição, agora como alunos do curso superior de Hotelaria, como relata duas das entrevistadas:

*É, terminei o serviço de alimentação agora em junho, e logo em seguida prestei o vestibular, passei no vestibular, com uma, uma nota muito boa assim inclusive eu me orgulho de falar que passei em décimo lugar, é, entre os concorrentes da rede pública pela hotelaria. (EG-2)*

*Fiz o vestibular também passei, tou fazendo o curso de Hotelaria, fiz na católica passei também, graças ao aprendizado daqui. Não fui pra lá porque o financeiro não permitiu, o presente de Deus foi ter passado aqui e eles terem me chamado. Quando eu vi eu não acreditei [...] foi uma alavanca na minha vida, vai ser mais ainda. (EG3)*

Em relação ao atendimento das demandas dos egressos, no que diz respeito ao mundo do trabalho, a posse dos saberes e do diploma parece ter conferido mais oportunidades de emprego e mais segurança para o enfrentamento das negociações salariais, conforme relata a EG1:

*É, todas as vezes que eu ia negociar a pessoa assim acha caro né, mas vai pensar e ficava por isso mesmo. Agora não, eu dou meu valor, se quiser me contratar bem, senão, fico nem um pouco constrangida sabe! Eu falo assim olha, você pode até achar melhor mais igual você num acha tá? [risos]. Quem já comeu o meu arroz aqui sabe. Então assim, Você entendeu como que é? Então assim como assim a gente aprende e eu tenho que valorizar o meu trabalho, se eu não valorizar quem vai valorizar?.*

*[...] porque eu era de outra área totalmente diferente, eu mexia era com costura né?, agora tou na área de alimentação, trabalhando na área e o meu conselho é que a pessoa vá em frente. (EG4)*

Questionados quanto ao significado do curso para suas vidas, as falas da maioria dos egressos apontaram que o retorno aos bancos escolares através do Proeja propiciou também a elevação da auto-estima e até mesmo uma melhor compreensão do contexto sócio-político e econômico no qual estão inseridos. Nesse sentido, as falas a seguir, são elucidativas:

*O técnico integrado é só um passo. A gente não pode acomodar nisso, porque o mercado de trabalho ele é cruel e se você não tiver “qualificada” entre aspas, porque mesmo você tendo qualificação vão achar alguma outra barreira pra você entrar no mercado de trabalho. Mas sem qualificação fica muito mais difícil. Então, o meu recado é esse. E vamo estudar gente! (EG2)*

*Você ganha outro ânimo, você fica, você percebe a, chega certa parte de sua vida cê num precisa ficar acomodada, pensar que cê vai... não a minha vida acabou! Num acaba não! É bom que você fica mais animada, você tem mais animação pra fazer outras coisas né? eu vou fazer gastronomia agora né? (EG4).*

*Pra mim também foi muito valioso, porque embora eu não estou trabalhando na área, mas tudo o que eu aprendi em termos de alimentos, qualificação tudo essas coisas tá sendo [...] eu sou agente comunitário de saúde, aí quando chego nas casas conversar, orientar as crianças, idoso. Então pra mim foi tá sendo [...] agora eu sei chegar pro idoso, falar qual a alimentação certa. Num tou na área né? direto alimento, mas tá me ajudando muito. (EG5)*



*Foi quebra de muralhas, porque antes deu começar o curso, eu tinha uma outra assim, eu tinha uma visão totalmente diferente né? a minha auto-estima tava lá embaixo, então assim, foi assim, quando eu vim pra sala de aula, pra poder chegar na sala enfrentar o professor, matérias, tudo então isso aí foi muito difícil mesmo, mas no decorrer no curso eu fui percebendo que tinha muitas pessoas na sala junto comigo tava no mesmo patamar que eu, e também de ter é, os professores até nos apoiando né? (EG6)*

Os discursos dos interlocutores relatados aponta que o impacto da formação adquirida no Curso do Proeja se constitui como um diferencial para suas vidas. A possibilidade de prosseguimento da vida acadêmica, melhores perspectivas de emprego e renda associadas à elevação da auto-estima, favorecem a atuação social e política de indivíduos que antes se encontravam numa situação de marginalidade em relação ao sistema educacional.

O impacto da formação propiciada pelo Proeja na vida desses egressos, faz-nos refletir sobre o papel da educação enquanto instrumento de ação e mudança para a vida de milhões de indivíduos que ainda hoje se encontram numa situação de exclusão. Fávero (2007) ao reler a obra de Paulo Freire, reafirma sua coerência e atualidade e identifica a esperança como uma das categorias centrais do seu pensamento, logo “o homem faz a história; o homem pode mudar o mundo. É limitado, contingenciado pelas condições concretas da realidade, mas não é determinado por elas.” (p. 41). Pela categoria conscientização, a educação instrumentaliza o homem no sentido de agir para transforma essa realidade, tendo em vista a edificação de uma sociedade mais justa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação do Proeja no âmbito das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica sinaliza a retomada do atendimento, ainda que timidamente, das demandas dos trabalhadores. Socialmente reconhecidas como instituições ofertantes de ensino técnico e tecnológico de boa qualidade, e em pleno processo de mudança em sua institucionalidade, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, depara-se desde sua criação, com a obrigatoriedade do atendimento de um público outrora estranho em seu interior – os jovens e adultos provenientes dos extratos menos privilegiados da população.

O Documento Base do Proeja (BRASIL, 2007) o apresenta como uma mudança de paradigma em relação à Educação de Jovens e Adultos, qual seja o desafio da integração do currículo da formação geral com a formação técnica-profissionalizante, entretanto, sabe-se, há uma longa distancia entre o praticado e o idealizado, e muitos obstáculos para a sua concretização. Pela nossa vivência nessas instituições e como docente do programa, apontamos alguns desses entraves: a formação docente, o pensamento “pequeno-burguês” de muitos dos trabalhadores dessas instituições, condições de acesso e permanência, entre outros.

Entretanto, pelas falas dos egressos ouvidos nesse estudo, nota-se que mesmo com todas essas limitações e desafios, a formação no Proeja possibilitou mudanças significativas em suas vidas. Essa constatação reforça a necessidade de defesa de melhorias bem como a ampliação da oferta desse programa no âmbito do Instituto Federal de Goiás, buscando alcançar o percentual de matrículas previsto na legislação. Para isto considera-se necessário o envolvimento de toda a comunidade acadêmica e externa.

## Referências

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm#art11)>. Acessado em: 17/06/2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acessado em: 15/06/2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento base** – programa de integração da Educação Profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: SETEC, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11892/08. disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-11892.html>. Acessado em 16/01/2010

FÁVERO, Osmar. **O legado de Paulo Freire: passado ou atualidade?** REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria and RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido Professional education policy in the Lula's administration: a controverted historical trajectory. *Educ. Soc.* [online]. 2005, vol.26, n.92, pp. 1087-1113. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302005000300017.

MEC – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás. **Projeto do Curso Integrado em Serviço de Alimentação - PROEJA**. CEFET-GO, 2006.

RUMMERT, Sonia Maria (2007). **A Educação de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos**. Sísifo.Revista de Ciências da Educação, nº 2, pp. 35-50. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/sisifo0203.pdf>>. Acesso em: Acesso 18 de maio 2008.

<sup>1</sup> Ao qual agradeço pela gentileza da disponibilização do material audiovisual mencionado.